

REFLEXÃO ACERCA DAS DEFINIÇÕES DOS SUJEITOS INDETERMINADO E INEXISTENTE NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

Moisés José Rosa Souzaⁱ

Resumo: Este artigo consiste em uma reflexão crítica acerca das definições sobre os sujeitos indeterminado e inexistente. Como ponto de partida, exporemos e refletiremos as conceituações de gramáticos e estudiosos da Língua Portuguesa, as quais nortearão este trabalho. Por meio de exemplos, procuraremos mostrar as inconsistências existentes entre a descrição gramatical e o uso da Língua no cotidiano. Na parte final, aventamos possibilidades de como se desenvolver a Língua Materna sem as amarras gramaticais, por vezes sem sentido. Espera-se, a partir deste trabalho, que se surjam novos questionamentos capazes de apontar outras incoerências quando se tenta definir a Língua ou parte dela, como se fosse estática, predicado inaceitável a uma instituição dinâmica e evolutiva como ela é.

Palavras-chave: Reflexão. Definições. Sujeitos Indeterminado e Inexistente.

Abstract: This paper is a critical reflection about the settings on the indeterminate and subject nonexistent. As a starting point, we will expose and will reflect conceptions of grammarians and scholars of the Portuguese Language, which will guide this work. Through examples, we aim to show the inconsistencies between the grammar description and the use of language in everyday life. In the final part, aventamos possibilities of how to develop the Mother Tongue without grammatical strings attached, sometimes meaningless. Hopefully, from this work, new questions that can pinpoint other inconsistencies when trying to set the language or part of it, as if it was static, if unacceptable arise a dynamic and evolving institution as it is predicated.

Key word: Reflexion, definitions, undetermined subject and clause without subject.

92

Introdução

A Gramática Normativa, geralmente mais ligada às questões tradicionais, tem sido, depois da ascensão (e, de certo modo, aceitação por um bom número de pessoas) das questões linguísticas, alvo de incontáveis questionamentos. Para refletirmos acerca disso, citaremos algumas nomenclatura e definições que

exemplificam essa contestação e reforçam a necessidade de mudança. Dentre tantas, algumas definições nos apresentam como pelo menos paradoxais. É o caso da definição dos sujeitos indeterminado e inexistente. A constante dúvida (confusão) que permeia entre alunos, professores e estudiosos de língua portuguesa, acerca dos sujeitos indeterminado e inexistente, é, um tanto quanto, árida, porém analisável. A fim analisar tal questão, inicialmente pautaremos nas definições de gramáticas tradicionais para, em seguida, refletir em que medida as definições são coerentes e se elas conseguem explicar convenientemente o fenômeno do sujeito e suas classificações. Por meio dessas reflexões, espera-se que os indivíduos supracitados reflitam, analisem e cheguem, pelo menos minimamente, a “possíveis soluções” para o objeto em questão, sob pena de se não o fizer, repetir os mesmos equívocos que há muito se comete.

Adiante neste artigo, inicialmente faremos uma reflexão acerca do ensino da língua materna pautado na nomenclatura gramatical para, em seguida, não só mostrar paradoxismo supracitado, por meio das definições e exemplos aí encontrados, como também refletir acerca da necessidade de minimizar seu impacto no ensino da Língua Materna, sobretudo no ensino fundamental. Isso deve reforçar a tese segundo a qual as questões referentes às definições dos sujeitos supracitados precisam de um estudo apurado devido à grande dificuldade e confusão em “ensinar” e “compreender” o contrassenso que existe entre os conceitos tradicionais e as novas possibilidades que ora urgem.

Descrição gramatical x Língua Materna

A tese segundo a qual a linguagem é apenas expressão do pensamento, há algum tempo, deixou de ser ‘única verdade’. As novas concepções linguísticas dão conta da linguagem como instrumento de comunicação. Com isso não só se fizeram (e se fazem) necessárias novas formas de trabalhar a Língua como também efetivá-la como *corpus* social, responsável pela interação, compreensão e expressão daquilo que nos cerca. Nesta ótica, o ensino da língua materna não deve se fundamentar em

nomenclaturas ou pautar-se em definições confusas e paradoxais; ou seja, que seu desenvolvimento não se efetive em atribuir nomes a termos depois de destrinchada a frase ou período.

É recorrente presenciarmos o trabalho com a língua materna, nas aulas de português, pautado na descrição gramatical ou em definições que dizem pouco; ou seja, professores que se empenham em mostrar para o aluno e, com isso, tentar fazê-lo compreender o sujeito da oração, o objeto direto pleonástico do verbo ou, ainda, nominar aquela sentença intitulada, por exemplo, *oração subordinada substantiva completiva nominal reduzida de infinitivo*, sem ao menos refletir até que ponto esse estudo traz benefícios no tocante às questões relativas à Língua como instituição social de interação, compreensão e expressão.

Nesta linha de pensamento, há autores que partilham conosco essa inquietação. É sabido que a criança que chega à escola tem um notável conhecimento de sua língua materna, um saber linguístico que utiliza "sem saber" nos seus atos de comunicação cotidianos (FERREIRO & TEBEROSKY, 1999). Também sobre essa questão, Bertoni-Ricardo (2004) esclarece:

As crianças, quando chegam à escola, já sabem falar bem a sua língua materna, isto é, sabem compor sentenças bem formadas e comunicar-se nas diversas situações. Mas ainda não têm uma gama muito ampla de recursos comunicativos que lhes permita realizar tarefas comunicativas complexas em que se exija muita monitoração. É papel da escola, portanto, facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos, permitindo-lhes apropriarem-se dos recursos comunicativos necessários para se desempenharem bem, e com segurança, nas mais diversas tarefas linguísticas. Eles vão precisar especialmente de recursos comunicativos bem específicos para fazer uso da escrita, em gêneros textuais mais complexos e para fazer uso da língua oral em estilos monitorados. (BERTONI-RICARDO, 2004)

94

Ainda insistindo no assunto, Travaglia (2009) afirma ser “impossível, pois, usar a língua e aprender a língua sem reflexão sobre ela”, então lança uma proposta para trabalhar a língua materna, integrando o ensino de gramática ao ensino de produção, interpretação e vocabulário; Ilari & Basso (2009) ao falarem da representação da língua (nomenclaturas e definições), que se extrai da gramática, mostram que essa representação é excessivamente estreita para ser aceitável. Os autores discutem em

“O português da gente – a língua que estudamos e a língua que falamos” – os problemas e conflitos que surgem no ensino e na visão corrente sobre a língua; dá-se ênfase, sobretudo, no capítulo ‘Linguística do português e ensino’, em que debatem, dentre outras questões, como o professor de língua materna deve trabalhá-la, que prática pedagógica é coerente para alcançar os objetivos propostos no desenvolvimento da língua; Antunes (2007) reflete, no livro “Muito além da Gramática”, acerca do dia a dia das escolas, em que se tenta “ensinar” aquilo que os alunos já sabem. Propõe que o desenvolvimento da língua precisa acontecer através de atividades que privilegiem a leitura e a escrita, discutindo, reescrevendo, relendo para escrever e ler de forma sempre melhor”.

Todos esses autores supracitados, mesmo que não façam referência explícita ao objeto deste artigo, a saber: definições dos sujeitos inexistente e indefinido, deixam claro que o ensino da Língua Materna não pode ficar preso a definições e nomes de termos que pouco contribuem com o desempenho, oral ou escrito, que o usuário faz de sua língua, já que o faz naturalmente, não pelas regras. A esse respeito, Lyons (2009) assevera:

Evidentemente, não implica uma atitude normativa, ou prescritiva, em relação à língua: estamos trabalhando com regras imanentes que, na ausência de quaisquer fatores linguisticamente irrelevantes que causem inibição ou distorção, os falantes nativos da língua inconscientemente aplicam. (LYONS, 2009, p. 79.)

É inconcebível que se veja a Língua como uma instituição fechada, estática, presa a regras ou a definições mancas. Ao contrário disso, ela é, antes de tudo, viva, dinâmica e evolutiva, logo é preciso considerá-la como tal, como muito bem fez o modernista Manuel Bandeira, em seu antológico poema “Evocação do Recife”: “A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros / Vinha da boca do povo na língua errada do povo / Língua certa do povo / Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil” Bandeira (1951). Mais adiante, no mesmo poema, o poeta pernambucano sintetiza: “Ao passo que nós / O que fazemos / É macaquear / A sintaxe lusíada”.

À frente neste texto, discutiremos mais diretamente o objeto exposto.

Definições do sujeito indeterminado nas gramáticas tradicionais

As definições acerca do sujeito indeterminado são, até certo, semelhantes nas gramáticas tidas como tradicionais, entretanto mesmo sendo definições afins deixam margem a questionamentos. Vamos a elas:

Segundo Sacconi, o sujeito indeterminado é quando a identidade do sujeito é desconhecida realmente ou escondida propositadamente. Já o conceito proposto por Maia é que o sujeito é indeterminado quando existe um ser a que o verbo da oração se refere, mas não pode ser determinado.

Estas definições são, um tanto quanto, questionáveis; pois, se o verbo é o termo que indica ação e estado, como diz Maia, é salutar dizer que este (verbo) precisa de um “ser” que pratique sua ação ou represente estado (do verbo). Um argumento que poria sem validade o comentário acima seria o de que o verbo não deixaria de praticar ação ou estado, por falta de um sujeito e que o sujeito praticaria ação, sendo indeterminado. Todavia, mesmo parecendo lógico, o argumento supracitado é paradoxal; pois, se ocorrida a ação ou estado do verbo, viria a pergunta: quem praticou está ação ou estado? A resposta seria “ninguém”, “não seria”, “desconheço”, “eles”? ou seja, a resposta não está às claras como parece. Se, de fato, existe um sujeito denominado “indeterminado”, sua indeterminação não está na falta de um “ser” que pratica ação ou estado, mas, sim, na incapacidade, não do leitor ou ouvinte, em conhecer tal praticante da ação, mas na própria situação contextual. Quando se ouve:

1. “...*assaltaram o Banco do Estado*” ou
2. “*naquela manhã, os assaltantes dominaram os funcionários e assaltaram o Banco do Estado*”.

Percebe-se claramente que não falta o agente da ação, conclui-se, enfim que, neste caso, não há sujeito indeterminado nem em 1. nem em 2.

Ainda, sim, pode-se questionar que os exemplos acima estão em um contexto. Mas o que dizer, então, deste outro exemplo?

1. “*Plantam café.*” (sujeito indeterminado pela gramática tradicional) ou

2. “Eles plantam café.” (sujeito simples pela gramática tradicional).

A reflexão em questão se dimensiona ainda mais quando aparece o pronome, indefinido. Sobre este assunto, Carlos Góis & Herbert Palhano dizem que quando o sujeito da oração é um indefinido, há apenas indeterminação psicológica. Então, a tese de que a indeterminação do sujeito está na falta de compreensão do ouvinte é reforçada uma vez que em “alguém terminou o trabalho”, pode-se, seguindo o critério adotado por Góis & Palhano, dizer que o sujeito de – terminou - é indeterminado. Todavia, Sacconi diz se o sujeito é representado por um pronome indefinido, não será indeterminado, mas simples.

No que diz respeito sobre o levantamento de questões acerca do sujeito indeterminado e reforçando os comentários anteriores, Melo (1970) afirma:

O que torna indeterminado o sujeito é a intenção ou a situação do falante, que não sabe ou não quer individualizar, precisa, apontar o agente, ou autor da ação ou da façanha.

O conceito de sujeito indeterminado tem, pois, de partir da intenção ou da ignorância do falante, não importando muito as apresentações gramaticais. (MELO, 1970, p.193).

Percebe-se, no comentário acima, uma colocação coerente em referência às definições expressas pela gramática tradicional, em dois pontos fundamentais: o primeiro refere-se à intenção; pois, se o falante não se preocupar ou não quiser esclarecer o praticante da ação verbal, este poderá ser indeterminado? O segundo urge da incapacidade de o falante fazer-se claro e de o ouvinte saber qual é o agente da ação verbal.

Definição de sujeito X sujeito inexistente

As definições sobre o sujeito, nas gramáticas tradicionais, aparecem de modo que as interrogações são inevitáveis. Tomadas também as definições do sujeito inexistente (OSS) é que surgem inúmeras incoerências. Segundo Cegalla, sujeito é o ser do qual se diz alguma coisa, e a oração sem sujeito constitui a enunciação pura e abstrata de um fato, através do predicado, o conteúdo verbal não é atribuído a nenhum

ser. Já Sacconi afirma que sujeito é o ser ao qual se atribui a idéia contida no predicado, e a oração sem sujeito é a que traz verbo impessoal; verbo impessoal, segundo Sacconi, é o que não tem sujeito e se apresenta na 3ª pessoa do singular.

Através dessas considerações, percebe-se que é aqui que a dúvida surge, entre a afirmação de que o sujeito “e o ser sobre o qual se diz alguma coisa” e a oração sem sujeito “que é a que traz verbo impessoal, o qual não tem sujeito”. Como é possível dizer alguma coisa de um ser (sujeito) se este não existe? Como pode um verbo (impessoal), contido no predicado (o qual, segundo Sacconi, é tudo aquilo que se atribui ao sujeito) não ter sujeito. Nota-se a contradição existente entre a definição de sujeito, sujeito inexistente, verbo impessoal e predicado. Esses, sendo termos de uma mesma oração, deveriam se ligar ordenada e coerentemente, assim como suas respectivas definições; e não conceitos que, em vez de esclarecer aceitavelmente, provocam tamanha incógnita. Se nem professores nem estudiosos da língua chegam a uma definição aceitável, o que dirá de alunos aos quais diariamente esses conceitos são incansavelmente repetidos? Sobre estas reflexões, Haiy (1987) em seu livro *Da necessidade de uma gramática – Padrão da Língua Portuguesa*, esclarece:

Na verdade nossas gramáticas normativas atestam tal diversidade de conceituação dos fatos gramaticais e conseqüentemente multiplicidade de análise, que, estudadas em confronto, levaram não ao conhecimento profundo e objetivo da estrutura e funcionamento da língua, mas a uma tendência ao ponto de partidarismo fanático e pernicioso por esse ou por aquele autor, a um posicionamento multifacetado de opiniões que só tem colaborado para o seu descrédito. (HAIY, 1987)

98

Dessa forma, seja qual for a análise, a posição a ser tomada deve-se fundamentar na coerência, a qual regerá a definição de modo que haja um entendimento plausível e que não mais confunda, em vez de esclarecer, os que fazem da língua materna seu objetivo de estudo.

Sujeito: termo essencial. Mas nem tanto

Pode-se perguntar para qualquer aluno com alguns anos de escola, e consequentemente assistiu às aulas de Português, quais são os termos essenciais de uma oração e certamente ele dirá *sujeito e predicado*. Mas, ao mesmo tempo que essa resposta é rotineira, é comumente também a dúvida: como algo que é essencial não existe (sujeito inexistente). Quando surgem perguntas desse naipe, muitos se limitam em apenas dizer *é assim e pronto*. Ao aluno, resta apenas a dúvida e a consequência disso pode ser um desestímulo, pois talvez não veja sentido em apreender algo que por si só não tem nenhuma lógica.

Ensino da Língua Materna – uma proposta

É sabido que o professor precisa sempre inovar, criar novas estratégias, buscar novas atividades, ou seja, fazer diferente com vistas a atingir seus objetivos, os da disciplina e os do conteúdo trabalhado. Na disciplina de Língua Portuguesa não é diferente, há a necessidade de encontrar meios eficazes de trabalhá-la de modo a desenvolver as competências de compreensão e expressão, tanto na oralidade como na escrita, como diz Possenti (2000) ao afirmar que conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra. O processo de desenvolvimento da língua materna deve visar à formação cidadã e, para isso, a leitura e a escrita se evidenciam como propostas de práticas essenciais bem distantes das que tendem a formar sujeitos reprodutores ou seguidores de definições mancas e regras pré-estabelecidas, como se decifrar as questões gramaticais fosse condição necessária para ler e escrever com competência. É preciso superar o pseudo-entendimento segundo o qual se ensina a Língua Materna. Não se ensina nada que o falante/usuário da Língua já não saiba.

Reflexões como estas se não viabilizam uma melhor abordagem do professor ou do aluno quanto ao ensino e aprendizagem da Língua Materna, em especial com os sujeitos supracitados, pelo menos aguçam novas possibilidades e, em contrapartida, despertam o senso crítico para que futuramente outros questionamentos surjam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, é imprescindível entendermos que, mais do que trabalhar com os elementos e normas gramaticais que compõem a nossa Língua, apegado apenas a nomenclaturas e definições, o professor de português precisa desenvolver as Práticas de Linguagem, vivenciadas em nossa língua materna, através dos mais diversos gêneros textuais para, com isso, fazer com que o aluno alcance a competência comunicativa em todos os ramos do conhecimento.

Assim sendo, reforça a tese de que não se deve tomar como acabado um conceito deste ou daquele autor, sem ao menos analisá-lo. É preciso que gramáticos e estudiosos da língua portuguesa repensem, de modo especial, as conceituações sobre os sujeitos indeterminado e inexistente, tendo como objetivo, principalmente, a clareza da definição para que esta possa instruir e não confundir com afirmação e exemplificação paradoxais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. **Muito além da gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BANDEIRA, Manuel. **Poesias completas**. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1951.

BERTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: 1997.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática Da Língua Portuguesa**. 46^o ed., São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 2005.

FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Trad. Diana Miriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

FERREIRO, Emilia. **Cultura escrita e educação**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

GERALDI, João Wanderely. **Concepções de linguagem e ensino de Português.**

Cascavel: Assoeste, 1985.

_____. **Linguagem e ensino.** Campinas. Mercado das Letras, 1996.

GÓIS, Carlos & Palhano, Herbert. **Gramáticos da Língua Portuguesa**, p.141.

HAUY, Amini Boainain. **Da necessidade de uma Gramática – Padrão da Língua Portuguesa.** 3ª ed. São Paulo, Ática. 1987.

ILARI Rodolfo & BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística: uma introdução.* Tradução Marilda Winkler Averborg, Clarisse Sieckenius. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MAIA, João Domingos. **Gramática, teoria e exercício.** 4 ed. São Paulo: Ática, 2000.

MELO, Gladistone Chaves de. **Gramática fundamental de língua portuguesa.** 2 ed., Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola.* 6ª reimpressão. Campinas: Mercado da Letras, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática.* 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SACCONI, Luiz Antônio. **Nossa Gramática Teoria e Prática.** 18ª ed. Saraiva, São Paulo, 1994.

NOTAS

ⁱ Graduado em Letras pela Universidade Federal de Rondônia e especialista em Língua portuguesa pela Universidade Federal de Rondônia. Atualmente é docente em Língua portuguesa e Literatura no Instituto Federal de Rondônia – Campus Colorado do Oeste.